

ARTIGO

A OPÇÃO DESENVOLVIMENTISTA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

*Heloisa Helena Pacheco Cardoso - UFU**

RESUMO: Globalização, internacionalização ou mundialização são palavras que identificam uma característica inerente ao capitalismo desde as suas origens. No século XIX, a globalização esteve associada ao imperialismo. No século XX, o mercado ultrapassa as fronteiras nacionais, o capital se torna supranacional e o movimento de capitais e investimentos nos países menos desenvolvidos são favorecidos. Nos anos 50, época de expansão da economia capitalista, países como o Brasil vislumbram a possibilidade de ocupar um espaço entre as nações mais desenvolvidas, a partir de um esforço dos governos nacionais para a implantação de políticas de desenvolvimento, dependentes das estruturas internacionais. A opção desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) insere-se nessa conjuntura.

PALAVRAS-CHAVE: *Globalização; políticas de planejamento; nacional-desenvolvimentismo.*

“A globalização é um mito conveniente a um mundo sem ilusões, mas é também um mito que rouba a esperança. Os mercados são dominantes, e não enfrentam ameaça alguma de um projeto político contrário viável, pois está se considerando que a democracia socialocidental e o socialismo do bloco soviético acabaram”.

(Paul Hirst e Grahame Thompson)

O tema da globalização tem despertado a atenção não só dos economistas, mas também de outros profissionais da área de ciências humanas, particularmente de sociologia, política e história. A ênfase, muitas vezes exagerada, no aspecto de mudança do sistema capitalista tem levado alguns a identificar nessa

* Professora da Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de História, Doutora em História Econômica pela USP.

<i>Tempos Históricos</i>	<i>M. C. Rondon</i>	<i>v.02</i>	<i>nº01</i>	<i>p. 143-158</i>	<i>Mar/2000</i>
--------------------------	---------------------	-------------	-------------	-------------------	-----------------

globalização uma fase nova, interpretação esta que é reforçada pela rapidez com que as mutações no sistema vêm acontecendo neste século XX. O avanço tecnológico, possibilitando uma adaptação rápida da produção às flutuações do mercado; a velocidade das comunicações e dos transportes, anulando espaços geográficos e distâncias e fazendo as pessoas se sentirem participantes da aldeia global; a integração do mercado mundial, com a produção perdendo seu cunho nacional ao ultrapassar fronteiras e o consumo sendo reorientado para as novas mercadorias, são fatores elencados para justificar a nova fase do capitalismo neste fim de século. Talvez a perplexidade esteja muito mais na rapidez das mudanças do que na novidade dos fatos.

As características da economia mundial no mundo contemporâneo só podem ser entendidas se inseridas na própria história do capitalismo. Este, para sobreviver, vem passando por crescentes transformações. Desde o século XVI, a expansão capitalista acontece em escala mundial. Com a mundialização do capital, todas as economias, desenvolvidas ou periféricas, participam, embora de forma desigual, do fluxo de mercadorias, capitais e serviços. Se nesta fase, a expansão colonizadora resultou no domínio territorial das regiões “descobertas”, transformadas em mercados fornecedores de matérias-primas e consumidores da produção metropolitana, no século XIX a mundialização do capital esteve associada ao imperialismo, que garantia, de um lado, o crescimento e a expansão capitalista e, de outro, impunha o atraso e a exploração aos países submetidos a essa prática de dominação.

A partir de 1870, uma rede de trocas vai se constituindo e unindo as várias partes do globo, ligando as economias industrializadas e as regiões mais atrasadas. O mundo vai se tornando mais conhecido devido ao comércio e a tecnologia. A estrada de ferro, o navio a vapor, o telégrafo elétrico foram as expressões deste “mundo global”, que aproximou as áreas remotas e possibilitou um movimento constante de dinheiro, mercadorias e pessoas. Criou-se uma economia mundial *“onde todas as partes estavam de tal modo dependentes umas das outras que um*

empurrão numa delas ameaçava inevitavelmente pôr todas as outras em movimento” (HOBSBAWM, 1977: 85).

Este contexto histórico nem sempre é analisado pelos teóricos da globalização. Ao considerar a globalização um mito, Hirst e Thompson alertam para a “lacuna de fundo histórico” que está presente nos teóricos mais radicais. Defendendo a visão de um processo econômico que emerge de forma rápida e recente, datado dos últimos três decênios, onde as economias nacionais e suas estratégias de administração são cada vez mais irrelevantes, esses teóricos anulam as fases anteriores de formação de uma economia mundial integrada e interdependente, privilegiando apenas o processo desenvolvido a partir da Segunda Guerra. Reconhecendo a mutabilidade do capitalismo, observada nas reorganizações que são feitas continuamente na economia internacional, os autores afirmam:

A história da internacionalização das empresas é longa e não algo confinado simplesmente ao período que se inicia em 1960. As atividades comerciais, por exemplo, datam das primeiras civilizações, mas foi na Idade Média, na Europa, que se iniciaram as operações sistemáticas, além das fronteiras, levadas a cabo por instituições de natureza privada (embora frequentemente com apoio e proteção de um Estado forte)...

Durante os séculos XVII e XVIII, o patronato do Estado ampliava-se enquanto as grandes companhias de comércio coloniais se estabeleciam... No entanto, é o desenvolvimento da manufatura, por ocasião da revolução industrial, que constitui o precursor mais próximo da multinacional da época moderna. Aqui, a preeminência inicial das empresas britânicas, enquanto produtoras multinacionais, torna-se visível. No começo, a América do Norte e a América do Sul apresentavam as oportunidades de investimento mais favoráveis, mas logo foram seguidas pela África e pela Australásia. Há uma certa discussão se os investimentos coloniais deveriam ser considerados verdadeiros precursores do investimento externo direto, mas a produção para o mercado local começou desta maneira. Os desenvolvimentos técnicos e organizacionais, após a década de 1870, permitiam que uma maior variedade de produtos fosse produzida internamente e fora do país, dentro dos limites da mesma empresa,

enquanto a exploração e o desenvolvimento de minerais e de outras matérias brutas também atraíam grande quantidade de investimento externo direto” (HIRST e THOMPSON, 1998: 40-41).

Nesta construção, o século XIX apresenta-se como marco na consolidação de uma economia global, embora reconhecida a sua vinculação com os períodos anteriores. É a fase da industrialização e do imperialismo, quando assistimos a um crescente fluxo de comércio e de investimentos entre os países.

Embora este marco possa ser também objeto de uma reflexão, considerando sua relação com a globalização da economia e a própria história do capitalismo, a sua importância poder ser atestada quando observamos as mudanças nos relacionamentos entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos. Desde o século XIX, a definição de um projeto burguês de industrialização, que possibilitasse uma acumulação crescente de capital, justificou a adoção de políticas de desenvolvimento e modernização dos países. Só que, nesta fase, a internacionalização se estruturou a partir de economias nacionais, edificadas em bases liberais, que optaram pela industrialização como o caminho para o desenvolvimento. Na evolução do século XIX, com a desmistificação da utopia liberal, vai se concretizando o poder do Estado e se consolidando as associações de empresas, cartéis e trustes, que passam a dividir entre si os mercados, anulando a concorrência. A política imperialista do final do século ressalta a importância das áreas não industrializadas, ou “atrasadas”, no processo de mundialização do capital, transformadas em mercados de investimentos, além dos tradicionais mercados consumidores e fornecedores de matérias primas em que já haviam se transformado.

Na análise do historiador inglês Eric Hobsbawm esta já é uma fase de globalização da economia, que se acelera no transcorrer do século. Segundo o autor, “*o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paisagens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas*

ligando aos países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido” (HOBSBAWM, 1988: 95).

No século XX, a globalização se acelera. O mercado mundial, dominado pelas grandes empresas industriais e financeiras, ultrapassa as fronteiras nacionais e integra empresas das regiões periféricas. O capital perde a sua “pátria” e se torna supranacional, gerido pelos grandes bancos internacionais e instituições financeiras. Os oligopólios se estruturam fora do alcance das regulamentações nacionais, dominam setores inteiros da produção e se desenvolvem à margem da concorrência

Quando o século XX é analisado, o elemento que se destaca é a velocidade das transformações porque passa o capitalismo neste período. Chamado por Hobsbawm de “o breve século”, com marcos iniciais e finais em 1914 e 1991, o autor distingue nele três fases: uma Era de Catástrofe entre 1914 e 1947, uma Era de Ouro entre 1947 e 1973 e outra Era de Catástrofe abrangendo o período de 1973 a 1991 (HOBSBAWM, 1995: 15-20). Na primeira, as guerras mundiais, a Revolução Russa e o Nazismo, a depressão de 1929 e o fim dos impérios coloniais justificariam o momento de crise porque passou o mundo neste período. A crise acelera a transformação e os anos 50 e 60 são marcados pela modernização das economias, pela criação de *“uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado (‘transnacionalmente’) e, portanto, também, cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado”* (HOBSBAWM, 1995: 19). Uma nova crise global marcaria o fim do breve século XX, com o colapso dos países socialistas, com o desemprego em massa, com o aprofundamento da distância que separa miséria e riqueza, com os déficits do Estado e indefinição quanto ao seu papel na nova ordem global.

A reorientação das políticas externas em decorrência dos dois conflitos mundiais, onde se consolidaram estruturas internacionalizadas de gestão e controle do capital, favoreceu o movimento de capitais e investimentos nos países menos desenvolvidos. Em uma etapa em que é crescente a interdependência entre os países e onde a hierarquização entre

ricos e pobres continua se evidenciando no cenário internacional, países como o Brasil vislumbram a possibilidade de ocupar um espaço entre as nações mais desenvolvidas, a partir de um esforço dos governos nacionais para a implantação de políticas de desenvolvimento, dependentes das estruturas internacionais que administram e controlam o capital. Desta forma, a chamada Era de Ouro, fase de expansão da economia que abrange o período compreendido entre o final dos anos 40 e início dos anos 70, significa uma outra etapa na evolução capitalista, que é cíclica. Na acepção marxista, o ciclo industrial se constrói por variações periódicas, onde a expansão da produção no sistema fabril e sua dependência do mercado mundial geram superprodução e excesso de oferta nos mercados, com reflexos nos preços, na organização do trabalho e nos métodos de produção e nas condições de vida do trabalhador: *“a vida da indústria se converte numa seqüência de períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação”* (MARX, 1982: 518-519).

Essa fase de euforia foi marcada nos países avançados por taxas estáveis de crescimento. Os padrões de vida da população se elevaram, com ganhos reais de salários, ao mesmo tempo que o processo de acumulação se consolidava, com o crescimento dos investimentos, da produtividade e dos lucros. Foi uma fase *“de equilíbrio de poder entre trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-estado”* (ver HARVEY, 1993: Parte II). O Estado passou a ser um investidor nos sistemas básicos da economia, como transportes e indústrias de base, que garantiam crescimento e emprego, e na política social, aumentando seus gastos com seguridade, educação, habitação e saúde. O intervencionismo estatal possibilitou um crescimento econômico estável, com aumento dos padrões materiais de vida.

Esses mesmos efeitos atingiram proporcionalmente os países em desenvolvimento. Neste caso, as economias nacionais encontraram, na sua vinculação com o mercado internacional, limites nas suas decisões internas, voltadas para os investimentos e a produção. Ao mesmo tempo que as decisões de política econômica pareciam levar em consideração as necessidades do

país de avançar rumo à industrialização, elas só se efetivaram inseridas nas determinações da economia internacional onde esses países buscavam os seus espaços.

Países em desenvolvimento, como Brasil, Argentina, Chile, México, entre outros, inserem-se nesta fase de euforia. Esses países tinham muito a oferecer para a economia internacional, adaptando-se melhor à diversificação industrial e à modernização agrícola. Internamente, a opção política dos governos pelo desenvolvimento, sinônimo de industrialização, visava também garantir um espaço na conjuntura internacional. Esta foi uma fase de alterações na vida cotidiana, com o desenvolvimento tecnológico criando novos bens de consumo, como o rádio e a geladeira, de mudanças no padrão de vida através do aumento do consumo e diversificação da produção, concomitante com a geração de empregos. A alimentação, a moradia, os transportes e comunicações sofreram os efeitos dessas alterações.

Ao Estado competia planejar e administrar a modernização. As políticas de planejamento, centradas em um projeto de industrialização que promovesse o “desenvolvimento nacional”, estavam na ordem do dia. No Brasil, o governo Juscelino Kubitschek e o Plano de Metas são a expressão dessa fase de otimismo. Foi quando a opção pelo desenvolvimento esteve ligada ao aumento do poder do Estado, que assumiu os papéis de investidor, produtor e incentivador da industrialização, através do planejamento (Ver CARDOSO, 1998). Esse caminho era visto como meio de “queimar etapas” na passagem de um país “atrasado” para outro moderno. Identificada uma fase anterior de crise, o planejamento passa a ser proposto pelas associações de classe e por expoentes da burguesia nacional.

Sintomas de crises econômicas e políticas marcavam a realidade brasileira nos anos 1945-1955. Iniciamos uma fase dita democrática, com o fim da ditadura varguista, mas o Brasil enfrentou problemas com a retomada do processo inflacionário e desequilíbrio financeiro do setor público. A balança comercial brasileira era afetada pelo excesso de produção do café, pelos preços do produto no mercado internacional e pelas diferenças entre exportações e importações. O suicídio de Vargas em 1954

acentuava a instabilidade política com a sucessão de governos provisórios e inoperantes. Esta situação possibilitou às associações e aos “estudiosos” da situação econômica e financeira do país proporem soluções para a crise, entre elas a adoção do planejamento como forma criteriosa de definir objetivos, prioridades e investimentos, capazes de lançar o Brasil em uma nova etapa do seu desenvolvimento. As Confederações, do Comércio ou da Indústria, desenvolveram a prática de promover reuniões, estudos, conferências, inquéritos e, através deles, tentarem influenciar as decisões governamentais na adoção de uma política econômica mais adequada aos seus interesses. A atuação da Confederação Nacional do Comércio foi relevante neste aspecto. Em palestra proferida em 1954, Roberto de Oliveira Campos, servindo-se de dados constantes do relatório final da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, analisou o Brasil do pós-guerra como o exemplo de um desenvolvimento rápido, porém fértil em desajustamentos estruturais. Isto ocasionava para o país uma “crise de crescimento”, caracterizada pela inflação, crise de balanço de pagamentos e desequilíbrio na distribuição regional da renda. Para a superação da crise, o autor propunha “... o reconhecimento da responsabilidade crescente do governo na provisão de serviços de infra-estrutura”, principalmente os serviços básicos de energia, transportes e educação, e “... a necessidade de uma programação maior entre os planos do setor público com os do privado, de modo a evitar competição exagerada e desperdício de recursos” (Ver CAMPOS, 1955: 39-67). Em outras palavras, planejamento governamental, o que se transformou em uma prática constante depois de 1945.

O planejamento, se por um lado estabelecia prioridades, metas e investimentos necessários ao crescimento econômico, por outro, essa prática se fez acompanhar de um intervencionismo estatal na economia, revestido com ares de democracia. O objetivo era a concretização de um projeto de industrialização, visto como o caminho para a modernização do país, que passaria a usufruir do avanço tecnológico. O Estado assume um papel central nesse processo, como condutor da política desenvolvimentista e autor das propostas modernizantes, incluindo as de justiça social.

Em 1955, a Confederação Nacional do Comércio promoveu um inquérito entre “representantes da produção e especialistas da matéria” sobre a conjuntura econômica brasileira. O objetivo era obter a opinião dos entrevistados sobre a crise econômica e financeira que o país atravessava, captando suas indicações para a política que deveria ser adotada em vista do quadro de emergência que se anunciava. Uma das soluções apontadas foi a necessidade de adoção do planejamento como o caminho para tirar o país do atraso, lançando-o em uma fase de progresso e modernização. E foi na linha desta terapêutica que o governo Juscelino esboçou seu plano de governo.

As bases do programa de governo de Juscelino Kubitschek, período de 1956-1961, estão no Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado durante a sua campanha eleitoral. O Plano levou em consideração as recomendações da Comissão Mista Brasil - EUA e os estudos do grupo misto CEPAL - BNDE, para quem as estratégias para a industrialização passavam também pelo planejamento estatal. O objetivo geral do Plano era acelerar o processo de formação de riqueza, aumentando a produtividade dos investimentos e aplicando novos investimentos em atividades produtivas. O objetivo final era aumentar o padrão de vida da população, na crença de que a miséria seria superada pela criação de muitos empregos e por um modo de vida moderno. A realização efetiva desse objetivo ficava, portanto, na dependência de um processo anterior de formação de riquezas, o que justificava a concentração dos esforços governamentais nas atividades econômicas.

Em termos concretos, o programa de governo para o período de 1956-1961 foi operacionalizado em 30 metas, às quais se acrescentaram mais duas, a Operação Nordeste e Brasília, com sistematização numérica dos objetivos a serem alcançados. Abrangia os setores de energia elétrica, energia nuclear, carvão mineral, petróleo (produção e refino), ferrovias (construção e reaparelhamento), rodovias (construção e pavimentação), portos e dragagem, marinha mercante, transporte aeroviário, produção agrícola, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura, fertilizantes, indústria siderúrgica,

alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de minério de ferro, indústria automobilística, construção naval, material elétrico e mecânica pesada, educação, além das que foram acrescentadas como metas especiais. Vários setores foram priorizados, entre eles energia, rodovias, siderurgia e indústria automobilística, e seus resultados atestaram o crescimento da economia brasileira no quinquênio. O bom andamento das metas ligadas à siderurgia, indústria automobilística, e outras de menor porte, credenciava o governo a afirmar o sucesso do plano e a propor a extensão das metas até 1965.

O Plano de Metas se assentou no tripé formado pelas empresas transnacionais, pelo Estado e pelo capital privado nacional. A opção por uma industrialização acelerada levou a uma concentração de esforços no desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos e similares), que impulsionou, por sua vez, os setores de bens de produção e consumo e incentivou os investimentos estatais em infra-estrutura. O crescimento do setor de bens de consumo duráveis chegou a atingir taxas de crescimento anuais superiores a 23%, fazendo com que o Brasil se destacasse no rol das economias capitalistas (MATTOSO, s.d.: 123). Esse crescimento se fez, no entanto, em desequilíbrio com os demais, levando o país a aumentar a sua importação, porque o funcionamento deste setor dependia de itens da indústria pesada, o que comprometia a balança comercial. A euforia do crescimento encobria os problemas oriundos do aprofundamento da dívida externa do país e da concentração de renda, consequência do modelo adotado. As novas tecnologias trouxeram aumento da produtividade, mas os salários não subiram na mesma proporção e o tema da luta de classes foi substituído, na perspectiva da burguesia e do Estado que a representa, pelo nacional desenvolvimentismo. O slogan “50 anos em 5”, que justificava o Plano de Metas como opção por um desenvolvimento acelerado, correspondia, desta forma, à concentração de esforços no programa econômico. A velocidade, no entanto, não era opção para o desenvolvimento social.

Na segunda metade da década de 50, o custo de vida se transformou em um problema social grave, com a eclosão dos

movimentos populares em várias partes do Brasil. Esses movimentos denunciavam a revolta da população pobre frente a uma situação em que a renda doméstica não era mais suficiente para a aquisição dos gêneros indispensáveis. Em vista do clima de intranquilidade, o governo federal, por meio da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços) adotou, em 1958, o congelamento de preços dos produtos de primeira necessidade, visando controlar o comércio varejista, interrompendo a alta desenfreada destes produtos junto ao consumidor. Os produtos como feijão, batata, arroz e carne, sumiam do mercado e só retornavam após majoração considerável nos seus preços de venda a varejo. A COFAP não conseguia resolver o problema do abastecimento, era incapaz de fazer cumprir o decreto do congelamento e os produtos nele não relacionados subiam rapidamente. Os tabelados sumiam do mercado e só estavam disponíveis para quem se dispusesse a comprá-los no câmbio negro. A política de controle de preços do governo assumia assim um caráter demagógico, trabalhando com a aparência de uma ação voltada para a defesa dos interesses populares. De fato, a inexistência de uma política econômica e social que levasse em conta os interesses dos trabalhadores, transformava esta ação em recurso político, cujo sentido era dar à população a impressão de que o governo lutava para coibir a alta dos preços.

Uma manifestação dos trabalhadores em Minas Gerais, programada para o dia 21 de janeiro de 1960, indica-nos os limites da proposta desenvolvimentista do período. “O dia do protesto e da omissão” reuniu os trabalhadores no auditório da Feira das Amostras, em Belo Horizonte, em uma grande assembléia, em que a questão da carestia era tratada como emergencial. O dia de protesto foi caracterizado no slogan “não compre nada no dia 21”, divulgado pelos sindicatos e dirigido principalmente às donas de casa, como forma de mostrar o descontentamento com a alta dos preços e com a diminuição do poder de compra dos salários.

No início dos anos 60 a política desenvolvimentista começou a encontrar seu ponto de esgotamento, quando as contradições do modelo adotado vão se explicitando e se tornando mais acirradas. O crescimento do setor industrial estaria a exigir crescentes e

vultosos investimentos, principalmente nas indústrias de base. A dívida externa e a inflação funcionavam como freios à expansão do crescimento econômico. A promessa de elevação do nível de vida da população não havia se concretizado cedendo lugar à desvalorização dos salários, à diminuição da oferta de empregos e ao recrudescimento das manifestações populares, elementos que estão no cerne da crise brasileira dos anos 60.

Lucas Lopes, personagem ativa na política brasileira nas décadas de 40 e 50, ocupando vários cargos no governo, entre eles o de Ministro da Fazenda do governo Juscelino Kubitschek, analisando este período, em seu livro de memórias, reconheceu o desequilíbrio entre crescimento econômico e distribuição de renda, apontando a pouca preocupação com os problemas sociais da época:

Nós sabíamos perfeitamente que não há desenvolvimento econômico sem crescimento da renda per capita , sem elevação do nível social, mas é preciso confessar que pecamos. Tínhamos um pensamento muito elitista, no sentido de que não nos preocupamos naquele momento com distribuição de riqueza. Não tivemos sensibilidade para os problemas da pobreza absoluta, dos erros que estavam sendo cometidos com o excesso de urbanização. Sempre imaginamos que o Brasil precisava sair da estagnação em que vivia, que era preciso sair em busca de riqueza pelo loteamento das marginais, pelos investimentos imobiliários. Imaginamos que era preciso fazer indústrias, criar atividades. Todo o nosso pecado foi sempre procurar atrair recursos para investimentos em siderurgia, construção naval, indústria automobilística. Esta foi a tônica mais ou menos deformada que tivemos. Não pensamos socialmente bem (LOPES, 1991: 302).

Como a lógica do planejamento governamental assentava-se na premissa de que o desenvolvimento social seria a natural consequência do econômico, esperava-se que as disparidades regionais e os baixos níveis de vida da população fossem melhorados com a criação de novas oportunidades de emprego. Isto, no ideário neo-liberal, significava distribuição de renda.

O que Lucas Lopes só reconheceu anos depois, quando não ocupava mais papel de proeminência na cena política brasileira,

a imprensa o fez na própria conjuntura do momento. Em artigo intitulado “Simpatia não governa” (O CRUZEIRO, 7 nov. 1959: 4-5), o jornalista David Nasser fez uma avaliação da situação econômica brasileira durante a presidência de Juscelino Kubitschek. Os efeitos da política adotada havia resultado em desemprego, inquietação das massas operárias, decréscimo da produção nacional e aumento da dívida, obrigando o governo a novas emissões de papel-moeda, inundando o meio circulante. Sobre a miséria e a fome que assolavam os assalariados, o jornalista afirmou:

Os salários-base sobem e com eles, neste artifício primário, sobem os preços. O ganho diário de um pedreiro dá apenas para o arroz, o feijão, a farinha – e ninguém compreende o malabarismo que ele realiza para comprar a carne a 40 cruzeiros (e temos um rebanho vacum de 63 000 000) e o pão a 20. Mas, se alguém protesta, é comunista. Não pode haver fome no Brasil. Existe uma lei especial proibindo isto.

A sátira de David Nasser não era fruto de uma posição isolada ou de uma revista que fazia certa oposição ao governo. Expressava sintomas de uma realidade em que a reação à crise econômica era manifestada nos quebra-quebras e nas greves. A posição do jornalista não deixava de apresentar, embora de forma grotesca, a sua versão da situação brasileira no final dos anos 50:

Viva meu presidente, venha viver alguns dias junto daqueles que constroem a grandeza do seu governo. Venha viver sem água durante meses, mas sem água mesmo, como estão vivendo milhares de criaturas nas grandes cidades brasileiras. Não é só a água que falta. A condução, o que comer, a instrução para os filhos. Um país está de chinelos, de calças rasgadas, e este país vive, paradoxalmente, os dias mais progressistas de sua História. Valeria a pena o sacrifício de toda uma geração para se deixar lá em cima, gravado, o nome em letras de fogo, sangue e lágrimas? (O CRUZEIRO, 12 dez. 1959: 4-5)

Na modernização dos anos 50, a disponibilidade de bens, resultado da política de industrialização adotada, havia crescido

consideravelmente, apesar dessa disponibilidade atingir os consumidores de forma diferenciada. Esse crescimento era sintoma dos anos dourados, onde o Brasil era componente de “uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal”. O “atraso” brasileiro a ser superado pelo projeto de industrialização acelerada deixava de ser, assim, uma questão de tecnologia ou de política econômica interna. O padrão de industrialização a ser alcançado estava sendo dado pelo mercado internacional a quem interessava a inserção, em novas bases, dos países em desenvolvimento no processo de reprodução do capital. Criava-se, no entanto, a ilusão de uma ordem internacional menos hierarquizada e mais democrática.

Quando a discussão da globalização fica restrita à leitura econômica do processo de mudanças por que passa o capitalismo internacional, questões vitais relacionadas com o cotidiano das pessoas, ou com o seu nível de vida, são apenas tocadas tangencialmente. O desemprego, a inflação, a falência do sistema de educação ou de saúde, os problemas de transportes são analisados enquanto questões técnicas, desvinculadas desse cotidiano social. Nesse sentido, reproduz-se a mesma lógica do Estado que prioriza a questão econômica porque dependeria dela as mudanças sociais, ficando indefinidamente sem solução a questão de como promover o desenvolvimento econômico sem abandonar as questões sociais.

A globalização, em lugar de criar um mundo de relações econômicas e sociais que beneficiasse o maior número de pessoas, reforça o sistema hierárquico do capitalismo, tanto no espaço da produção como na organização internacional do trabalho. A hierarquia é pressuposto da própria dominação capitalista, e neste sentido, é garantia da perpetuação do sistema. O capitalismo tem renovado constantemente a sua roupagem, com o objetivo de se manter como hegemônico, a ponto de podermos afirmar que o mundo do século XX é capitalista, apesar das experiências socialistas. A ênfase na criação de uma economia global nos últimos decênios não estaria inserida nas estratégias do sistema de se renovar para garantir sua perpetuação? As diferenciações de conceitos, consubstanciadas no uso de termos variados como

internacionalização, mundialização e, por último, globalização não significariam a operacionalização dessa estratégia, visando concretizar mecanismos para uma nova forma de inserção das nações “periféricas” no contexto global? A década de 50 é um exemplo dessa postura onde a opção desenvolvimentista, sinônimo de uma industrialização acelerada, é apresentada como uma decisão de política interna que, no entanto, reflete os caminhos dados pela ordem internacional. Nesses caminhos o nacional se revigora no projeto da burguesia e do Estado de inserir o país no rol dos países desenvolvidos.

A partir da década de 1970, quando o capitalismo começou a sentir o esgotamento da fase de euforia, sendo impossível sustentar um padrão crescente de investimentos no setor produtivo, associado à geração de empregos e salários mais elevados, as transformações nos processos de trabalho, nos hábitos de consumo e no papel do Estado tornaram-se necessidade, a fim de garantir o princípio básico de organização da vida econômica, o lucro. A guerra árabe-israelense de 1973 e a decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo são citados, pelos economistas e pela imprensa, como fatos que assinalariam a passagem da euforia para a crise.

Esta nova fase, que Hobsbawm caracterizou como Era de Catástrofe, busca a inovações tecnológicas e organizacionais para concretizar o processo de acumulação. Nesta busca, o uso da automação e a pressão sobre o mercado de trabalho têm gerado níveis altos de desemprego, salários reduzidos e mudanças no próprio conceito de trabalho, que deixa de ser sinônimo de emprego. O Estado passou a enfrentar uma situação política contraditória, onde, ao mesmo tempo que teoricamente é sua função regular as atividades do capital no interesse da nação, compete-lhe atrair o capital transnacional capaz de promover os investimentos internos necessários à continuidade do desenvolvimento econômico.

Nesta conjuntura de economia transnacional, o tema da globalização ganhou força e vem sendo discutido como um fenômeno novo. A constituição de uma economia global não pode, no entanto, ser analisada sob o prisma dos últimos decênios. Ela é, sobretudo, resultado de um processo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Marcelo de Paiva e outros. (1992) *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus.
- CARDOSO, Heloisa H. Pacheco. (1998) *Conciliação, Reforma e Resistência: governo, empresários e trabalhadores em Minas Gerais nos anos 50*. São Paulo: USP, (Tese, Doutorado)
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. (1955) "A crise econômica brasileira". Confederação Nacional do Comércio. Conselho Técnico Consultivo. *Alguns Problemas Brasileiros*. V.I. Rio de Janeiro, pp.39-67.
- _____. (1994) *A Lanterna na Popa*. Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks. 2^aed..
- GOMES, Ângela de Castro (org.). (1991) *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
- GADELHA, Regina Maria D'Aquino Fonseca. (1998) "Impactos da Globalização nos projetos das elites nacionais". *Cultura Vozes*. Petrópolis: Vozes, V.92, jan./fev. 1998.
- HARVEY, David. (1993) *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. (1998) *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes.
- HOBSBAWM, Eric. (1977) *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____; (1988) *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____; (1995) *Era dos Extremos: o breve século XX- 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras.
- LOPES, Lucas. (1991) *Memórias do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/ Centro de Memória da Eletricidade no Brasil.
- MARX, Karl. (1982) *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: DIFEL, Livro I, V.1.
- MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Página Aberta.
- NASSER, David. (1959) "Simpatia não governa". *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 7 nov. 1959.
- _____; (1959) "O feijão dos sem-vergonhas". *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 12 dez. 1959.